Certamente utilizando as brincadeiras na contação de histórias contribuem para a construção da inteligência, e é responsabilidade do professor essa interação, respeitando cada momento do aluno para seu desenvolvimento intelectual, de uma maneira lúdica assim a aula se torna mais agradável e dinâmica. Dessa maneira a criança se saberá exercer sua iniciativa, responsabilidade e trabalhar coletivamente.

Devem-se levar em consideração as habilidades motoras, sensoriais e de raciocínio, a utilização dos jogos e brincadeiras recreativas para aumentar a atenção e a aprendizagem das crianças. Contribuindo para diminuir a insegurança, aumentar a autoestima e a autonomia.

Nesse artigo, destaca-se fundamental o uso dos jogos e recreações para introduzir conteúdos de contação de histórias com sucesso, não abstendo que não são todas as histórias que poderão ser usados de forma lúdica. O professor precisa te ater as faixas etárias do aluno, os espaços físicos utilizados na hora da atividade, os materiais a serem apresentados, para que haja um desenvolvimento pedagógico de forma plena.

O professor não deve se esquecer de deixar o aluno à vontade para exercer a atividade lúdica, observando e orientando para que o aluno não se perca na atividade e não a torne monótona e cansativa, sem um direcionamento.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Nunes de. Educação lúdica: prazer de estudar técnicas e jogos pedagógicos. São Paulo: Loyola, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CORREIA, Marcos Miranda. Trabalhando com jogos cooperativos: Em busca de novos paradigmas na Educação Física. Campinas, SP: Papirus, 2006.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.

KISHIMOTO, T. M. (Org.). Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MAURICIO, Juliana T. Aprender brincando: O lúdico na aprendizagem. 2008. Disponível em <http://www.psicopedagogia.com.br/opiniao/opiniao.asp?entrID=678>.

MOYLES, Janet R.A excelência do brincar: A importância da brincadeira na transição entre educação infantil e anos iniciais. Porto Alegre: Artmed, 2006.

OLIVEIRA, Vera Barros de (org.). O brincar e a criança do nascimento aos seis anos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

RUIZ, Maria José Ferreira. O papel social do professor. N. 33, set a dez 2003.

AÇÕES AFIRMATIVAS NA EDUCAÇÃO CULTURA AFRICANA EM FORMA DE ARTE

ELIZANGILA SOUSA DE JESUS

RESUMO

Esse artigo, de base bibliográfica, tem por objetivo analisar os benefícios das ações afirmativas dentro da educação, para elevação da auto estima de crianças e adolescentes dentro da disciplina de artes, em conson ância com a lei 10.639/03, que versa sobre o ensino da história e cultura Afro-brasileira.

Assim, espera-se que esse trabalho contribuía para legitimação dessa política, inspirando professores a desenvolverem atividades voltadas a cultura Afro-Brasileira, diminuindo assim o racismo

PALAVRAS-CHAVE: Ação afirmativa; lei 10.639/03; auto estima; cultura Afro- Brasileira.

INTRODUÇÃO

O Brasil é o segundo país em população negra no mundo, mais da metade do povo brasileiro descende de povos africanos, contudo situações racistas ainda acontecem com certa frequência em nossa sociedade, o racismo tem impacto negativo na aprendizagem e no desenvolvimento da auto estima de crianças, adolescentes e adultos negros. Apesar de termos mais da metade de estudantes negros, pretos e pardos, grande parte das escolas ainda valoriza predominantemente um referencial branco e europeu como único modelo de beleza de cultura e de conhecimento, desconsiderando a diversidade cultural e realidade na qual a escola está inserida, isso está expresso muitas vezes em cartazes pregados na parede, nas imagens, historias, atividades desenvolvidas e festas onde a criança negra não se vê representada, Visando uma educação para igualde racial é urgente superar a ideia de proposta pedagógica que não dialoga com a realidade das crianças e nem faz sentido para comunidade escolar.

Ao refletir sobre essas questões , este artigo faz-se relevante, uma vez que procura evidenciar a importância das ações afirmativas para os avanços na aprendizagem e elevação de auto estima de estudantes sendo esses protagonistas de sua própria aprendizagem ao divulgar o lado positivo da cultu ra negra e não apenas questões da escravidão ajudamos na construção e reflexão no estímulo a criticidade que possibilite a criança a pensar sobre essas questões de forma ética, para a quebra de preconceitos promovendo a inclusão social das diversas etnias, para convivência saudável no espaço que estão inseridas.

> ...os descendentes dos mercadores de escravos, dos senhores de ontem, não têm hoje de assumir culpa pelas desumanidade provocadas por seus antepassados. No entanto, têm eles a responsabilidade moral e política de combater o racismo, as discriminações e, juntamente com os vêm sendo mantido à margem, os negros, construir relações raciais e sociais sadias, em que todos cresçam se realizem enquanto seres humanos e cidadãos. Não fossem por estas razões, eles a teriam de assumir, pelo fato de usufruírem do muito que o trabalho escravo possibilito. (Brasil, 2004)

A lei 10.639/03, que versa sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, ressalta a importância da cultura negra na formação da sociedade brasileira, ela estabeleceu à obrigatoriedade do ensino da história e da cultura africana e afro- brasileira, bem com a educação étnicos-raciais na educação básica (pública e privada). Fruto da atuação históricas do movimento negro brasileiro, ela foi criada para que todo o Brasil avance no sentido de transformar suas relações sociais em prol da igualdade racial e conheça culturas e histórias ainda pouco abordada em creches, escolas e universidades brasileiras. Histórias essas ainda em grande parte invisíveis, negadas e desvalorizadas pelo currículo abordado em muitas instituições educativas. Currículo que não é "neutro", mas sim construído a partir da perspectiva de determinados grupos sociais. (Indicadores de qualidade na Educação, relações raciais na escola).

DESENVOLVIMENTO

Segundo João do Nascimento, Historiador formado pela Faculdade de Ciências Hu-

manas de Sete Lagoas, Pós-graduado em Docência do Ensino Superior, Pós- graduado em História da Ciência pela UFMG e Pós-graduado em História e Cultura Mineira pela Faculdade de Ciências Humanas de Pedro Leopoldo/ MG. Para tentar superar as desigualdades sociais e promover a inclusão social a partir dos anos de 1990 o Brasil tem sido alvo em potencial dos programas de ações afirmativas, que visam corrigir os direitos negados socialmente ao longo da história.

A muito tempo a elite brasileira vem acumulando riquezas e oportunidades enquanto o negro vem sendo excluídos da participação e usufruto de bens, riquezas e oportunidades, essas classes excluídas querem o direito à cidadania, a cultura, educação, trabalho digno e participação das políticas públicas de caráter social. As políticas públicas são correções de desigualdade sociais e formas de efetivação de direitos, portanto defender as ações afirmativas é de fato se posicionar contra o mito da democracia racial. Para isso é preciso ofertar o direito a educação e permanência na escola para crianças e jovens negros, apoiar o programa de cotas raciais para negros e afro descendestes é uma posição radical pois mexe com privilégios de determinados segmentos da sociedade brasileira.

"Ações afirmativas são medidas especiais e temporárias, tomadas pelo Estado e/ ou pela iniciativa privada, espontânea ou compulsoriamente, com o objetivo de eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidade e tratamento, bem como compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização, por motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros". (Ministério da Justiça, 1996, GTI População Negra).

Desenvolver atividades que valorizem e respeitem as diferenças devem ser desenvolvidas desde a educação infantil

Preconceito, está no dicionário, é "qualquer opinião ou sentimento, favorável ou desfavorável, concebido sem exame crítico, conhecimento ou razão". Portanto, é coisa pensada, raciocínio elaborado, restrito aos adultos, certo? Errado. Nem as crianças pequenas estão imunes às múltiplas formas de discriminação.

Acompanhe o que a professora Rita de Cássia Silva Santos vivenciou no Centro Municipal de Educação Infantil Creche Vovô Zezinho, em Salvador. Certo dia, ela trouxe para a sala de aula bonecos com vários tons de pele e fotos com pessoas de características físicas distintas. Uma das crianças, Brenda, na época com 3 anos e meio, apontou a fotografia de uma menina negra e disse que "era feia".

- Por que é feia? perguntou a professora.

- Porque ela é igual a mim, respondeu a garota.

Por essa razão é tão importante trabalhar com ações afirmativas desde a educação infantil, onde as histórias as brincadeiras a música e as danças que fazem parte da cultura do povo negro esteja presente no dia a dia dessas crianças, onde elas possam se reconhecer de maneira positiva e se sentirem orgulhosas de suas origens.

Débora Menezes- 01 de Fevereiro/2007

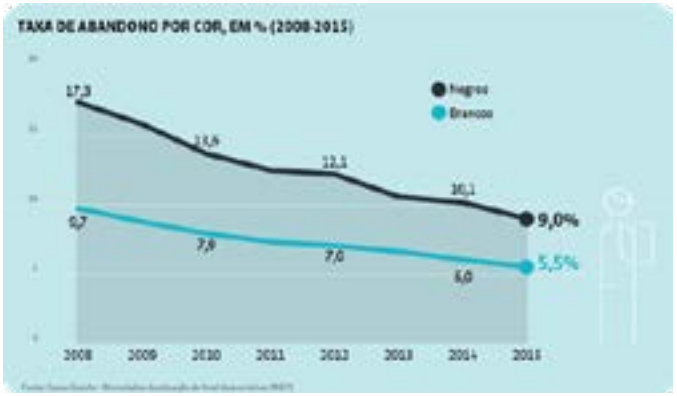
Conselheiros Tutelares devem estar atentos ao recorte étnico-racial

Para evitar a evasão escolar gestores e professores precisam ter um olhar sensível e uma escuta atenta, mantendo um diálogo com as famílias e comunicando o conselho tutelar quando houver faltas constantes e injustificadas, antes que aconteça a evasão escolar, a maioria dos conselheiros tutelares não cumpre com seu papel devido à falta de formação, conhecimento e infraestrutura precária de trabalho que enfrentam.

Para tentar amenizar a evasão escolar

primeiramente temos que deixar de lado os clichês, que somos todos iguais e reconhecer que existem diferenças, a discriminação racial acontece quando muitos professores não apresentam propostas pedagógicas para contrapor essa situação, segundo a pedagoga Lucimar Rosa Dias, especialistas em Educação e relações raciais e membro da Comissão Técnica Nacional da Diversidade para assuntos relacionados a Educação dos Afro-Brasileiros, do ministério da educação. Em seu doutorado Lucimar está investigando com relações raciais estão sendo abordadas em creches brasileiras. Uma das suas conclusões é que o combate à discriminação na sala de aula beneficia todas as crianças. "O acesso ao ambiente que estimula o respeito à diversidade ajuda a formar jovens mais respeitadores, mais educados e mais preocupados com a coletividade"

A discriminação o preconceito e a falta de diálogo com atividades da cultura negra colaboram para evasão escolar No contexto da evasão escolar os mais excluídos da escola são aqueles historicamente excluídos de toda sociedade, jovens negros e pobres, pesquisas demonstram que uma das principais barreiras socioculturais enfrentadas por meninos e meninas brasileiros é a discriminação racial. Ao contabilizar todas as idades, fica nítida a desvantagens dos negros em relação à população branca no acesso, mas, principalmente na permanência da escola.



Os pesquisadores Ricardo Moreira, Marcos Rangel e Fernando Botelho da universidade de São Paulo, identificaram uma diferença significativa entre a nota dada aos alunos na escola e o desempenho alcançado no Saresp (Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo). Estudantes negros e pardos, como mesmo desempenho dos brancos na avaliação estadual, receberam, em média, notas menores dos professores nas avaliações internas.



Desde a criação da lei 10/639 que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e temática racial vem sendo incorporada ao currículo das escolas, ajudando a combater o preconceito, a discriminação e o seu impacto negativo sobre o aprendizado e bem estar dos alunos, os gestores têm papel fundamental nas mudanças que precisam acontecer para combater as desigualdades educacionais presentes dentro da escola, trazer toda essa discussão a reflexão ao coletiva não só entre estudantes mas também entre comunidade escolar e professores

Na EEB Idefonson Linhares em Florianópolis (SC), o diretor Sérgio Bertoldi decidiu, há três anos, desenvolver ações de combate ao preconceito racial que tornava

o ambiente escolar repleto de conflitos. “O convívio entre os alunos brancos e negros não era saudável. Fizemos um primeiro trabalho com os professores, orientando-os a sair do material didático que trata o negro como escravo e entrar na pedagogia” explica. O segundo passo foi criar um projeto anual, África em Nós, que abre a escola para a comunidade e, unindo alunos, professores e famílias, fomenta a importância da população negra na construção do País, em especial nas artes e cultura brasileiras. “Os casos de racismo praticamente não existem mais há três anos. Naquela época, os alunos negros não queriam frequentar a escola e quando o faziam, estavam revoltados. Hoje eles querem estudar aqui porque se sentem parte dela”, celebra Bertoldi.

As atividades de artes pode ser um poderoso aliado nas ações afirmativas, desenvolvendo e valorizando a mú sica a dança os desenhos as cores africanas no planejamento de conhecer o continente africano, sua história e origens.

Crescemos ouvindo que no Brasil vivemos em harmonia e sem conflitos, o mito da democracia racial faz parecer que no Brasil não existe racismo e que as pessoas não são discriminadas por causa da sua cor e origem racial mas apenas por serem pobres. Existem pesquisas que comprovam a desigualdade racial entre negros e brancos no Brasil essas pesquisas mostram também que quase não se fala da história do povo negro, da luta contra a escravidão dos homens e mulheres negras na ciência na literatura, na música, na dança e na arte na construção da identidade do povo brasileiro, não falar disso principalmente no ambiente escolar também é racismo, e apesar do racismo ser crime inafiançável, ele ocorre todos os dias, não somente na fala, mas também nos gestos, na forma como se acolhe ou não se acolhe a criança negra, na escola o racismo aparece nas atitudes nos apelidos, nas piadas, nos livros didáticos, nos cartazes e em sala de aula onde não se fala sobre o racismo ou finge que ele não existe. Exemplo: Quando alguém é xingado, humilhado com brincadeiras racistas e ninguém faz nada. Grande parte das escolas ainda não enfrenta a questão, mas após a implementação da lei 10.639/2003, algumas escolas já começaram a desenvolver projetos e trabalhar com a cultura Afro-Brasileira para lidar com essas situações e combater o racismo vamos conhecer três caminhos adotados por algumas escolas.

*VALORIZAÇÃO DA CULTURA E DA ESTÉTICA NEGRA NA ESCOLA

Seguindo esse caminho as escolas fazem um trabalho centrado em datas comemorativas como 13 de Maio e 20 de Novembro dia da Consciência Negra, tem também curso de capoeira, Hip Hop, Samba Rock entre outras danças Afro Brasileiras, isso é legal porque a escola valoriza a cultura negra, mas indo apenas por esse caminho existe o risco das atividades culturais acontecerem só de vez em quando e reforçarem estereótipos e não refletirem de fato sobre o racismo.

*INCLUSÃO DA HISTÓRIA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA NO CURRÍCULO ESCOLAR

A muito tempo educadores e educadoras buscam incluir a questão racial como conteúdo de disciplina em projetos

em sala de aula, principalmente depois da lei 10.639/2003,uma conquista do movimen to negro, por esse caminho podemos mudar nossa visão, conhecendo a história de lutas, resistências e cultura originada da África assim como suas riquezas, se aprofundar na cultura africana utilizando a música, a dança e seus costumes, através de atividades teatrais onde os estudantes possam vivenciar essas histórias e a importância dessa cultura na formação do povo brasileiros, as atividades de arte nesse sentido ajuda no fortalecimento da auto estima e na construção da identidade dos estudantes, ajudando assim na mudança de atitudes e combate ao racismo, além de investir em formação continuada nos profissionais da educação, investimento em materiais didáticos que facilite essas atividades, e envolvimento da comunidade escolar nos projetos e atividades desenvolvidas pela escola, o desafio é não ficar somente no conteúdo mas articular tudo isso trabalho que mexa com a cabeça das pessoas fazendo-as refletir sobre as questões raciais e que de um ponto final na discriminação.

*EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NO COTIDIANO ESCOLAR

O foco desse caminho está no enfrentamento das diversas formas de preconceito no cotidiano escolar. Buscando o diálogo e atitudes que encarem o silêncio e omissões das pessoas diante de situações de racismo o grande desafio desse caminho é envolver negros e não negros em luta contra o racismo dentro e fora da escola e articular tudo isso a outras lutas e discriminações que existem nas escolas, contra os nordestinos, contra relações homo afetivas, pessoas com deficiências entre tantas outras. Cada um desses caminhos tem papel fundamental e juntos tem mais força e pode ser a base para se construir um plano de ação que enfrente o racismo dentro das escolas. Os profissionais da educação podem utilizar qualquer um desses caminhos ou criar seu próprio caminho que ajudem no enfrentamento do racismo, priorizando atividades de artes como parceiros nessa difícil missão, diante de um racismo historicamente construído e enraizado em nossa sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou mostrar a importância de ações afirmativas nas escolas dentro da disciplina de arte. A escola como parte integrante da sociedade não está livre do racismo, tanto implícito quanto explicito, os frequentes casos de racismos, injuria racial e preconceito nos leva a refletir sobre ações que possibilitem o pensamento crítico e desenvolvimento de atividades e projetos que ajudem na construção da auto estima e identidade de forma positiva para os estudantes.

Segundo o professor de história da África da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Alexandre Almeida, as três décadas que sucederam a abolição da escravidão é possível observar o que aconteceu com a população ex-escrava da área urbana e rural, a falta de ações públicas para integrar esses trabalhadores à sociedade foram determinantes na história de marginalização que se segue. O historiador defende a tese de que os povos negros foram intencionalmente excluídos da socie-

dade dominada por brancos. “O incentivo às imigrações europeias os projetos de branqueamento” da população, a promoção do racismo como ideologia, a exclusão das populações negras do acesso à terra e o baixo nível de investimento em educação para essas pessoas agiram como fatores que continuaram produzindo e reproduzindo a marginalidade das populações negras no Brasil, argumenta.

Segundo “Marcussi” a abolição só trouxe a liberdade jurídica, socialmente, os ex- escravos e seus descendentes permanecem inferiorizados, segundo, por mais que tenha havido a conquista da liberdade jurídica e relativa mobilidade social ascendente para alguns africanos e seus descendentes, é inegável que eles, com um todo, sempre ocuparam os lugares mais baixos da hierarquia social brasileira, em relação aos portugueses e seus descendentes radicados no Brasil. Afirma o historiador.

Após abolição não teve nenhum tipo de políticas públicas para os negros, que no mesmo momento histórico, imigrantes foram trazidos com in centivos de custeios de viagens e menores tributos e impostos para iniciar seus negócios e projetos.

Para os negros e afrodescendentes foi negado qualquer tipo de ação que os beneficiassem ou mesmos os tornasse homens de direitos. Seu povo, sua cultura, religião, opinião, etc.; foram negados, e ignorados durante gerações e séculos, sendo excluídos e descriminalizados simplesmente por sua cor de pele, cabelo e feição.

Para Paulo Freire amar é um ato de coragem. Foi exatamente o que o Movimento Negro-MN e o Movimento de Mulheres Negras-MMN buscaram por melhores condições de vida, através de muitas lutas e resistência. Conquistando em agosto de 2012 a lei n° 12.711/2012, conhecida como a lei da cota.

Essa foi uma política pública reparadora, por que muitos negros e afrodescendentes até nos dias de hoje, pertence à base da pirâmide social. Devido às desvantagens acumuladas nos diversos aspectos: educacional, psicológico, cultural, trabalhista, estrutural, política e social e ainda os déficits da escola pública, infelizmente proporcionou o acesso, porém a qualidade de ensino ainda uma utopia brasileira não permitindo o ingresso nas Universidades Federais entre negros, afrodescendentes e brancos.

O ingresso no Ensino superior nas Universidades Federais permite acessar a educação de qualidade, e ainda, dá expectativa e novos horizontes aos negros, e pardos e índios. Permiti usufruir ao direito a educação e através dessa, conquiste a sua dignidade humana e inserção no mercado de trabalho.

Assim, os negros e afrodescendentes/pardos que conseguiram ascensão social não serão beneficiados, pois a lei n° 12.711/2012, estabelece regras como estudar no mínimo o ensino médio em escola pública, e possui renda per capita de um salário mínimo e meio. Desmitificando que negros ou pardos ricos serão beneficiados. E ainda, que negros são incapazes de passar no vestibular. Para ingressar nas Universidades precisa fazer a pontuação exigida pelo Enem e Universidades Federais. Apenas os estudantes negros, pardos e índios aptos que alcançaram tal valor irá ser classificados, concorrerão às vagas.

A permanência da lei de cotas será até o alcance dos objetivos de acordo com o censo do IBGE, e enquanto tivermos defasagem no ensino básico existirá a necessidade de cota. Sendo assim, a lei de cotas proporcionou avanços nas diversos setores da sociedade, permitindo o acesso de negros, pardos e índios ao ensino superior. E interromper tal política pública seria um retrocesso social, pois essa é uma ação preventiva, e reparadora para promover mudanças e inverter a situação de desigualdade no país como afirmou o Ministro da Educação, Henrique Paim em 2015 no 1° Simpósio de Avaliação da Lei de Cotas.

O ministro José Henrique Paim declarou que a política afirmativa de cotas na área da educação como uma necessidade para o país, que é por meio da educação que podemos mudar este país, combater a desigualdade educacional e ainda é uma dívida educacional e acrescenta que "Não implica um atendimento diferenciado para quem tem o registro da desigualdade, mas garantir o acesso nas mesmas condições daqueles que não passam por esse processo".

Sendo assim, é dever do Estado proporcionar a equidade para suprir as desigualdades e injustiças sociais por meio de políticas públicas ou ação afirmativas tratando todos como cidadão de direitos, e o exercício da democracia. É de extrema importância que a cultura e a arte sejam valorizadas no ambiente escolar, possibilitando aos negros a construção de sua identidade, diz respeito à consciência cultural, à estética à corporeidade, à musicalidade, à religiosidade, à vivência da negritude, marcadas por um processo de africanidade e auto afirmação, essa construção de identidade possibilita um posicionamento positivo diante de sua ancestralidade. Trabalhar com a cultura negra principalmente na escola é considerar a cultura do povo negro. Significa compreender com as crianças, adolescentes, adultos, idosos negros e negras constroem, vivem e reinventam suas tradições culturais de matriz africana na vida cotidiana e valorizar todas essas vivencias através de atividades e projetos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto 7.824, 11 de out. de 2012. Regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 nov. 2012. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7824.htm > acesso em 16 de maio de 2018.

BRASIL. Lei 12.711, 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 agosto. 2012.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011- 2014/2012/lei/l12711.htm> acesso em 15 de maio de 2018.

BRASIL. Lei 9394, 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível

em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> acesso em 16 de